

Maternidade na favela: Um estudo de caso de duas mães moradoras do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro.

Ananda Silveira Viana¹

Resumo

A maternidade está, historicamente, relacionada ao cuidado e à criação. São as mulheres que, principalmente, executam essas tarefas domésticas. Quando falamos de mulheres da favela tratamos, também, de mulheres pobres e em sua maioria negras. E mulheres que não possuem recursos financeiros para delegar as tarefas do cuidado. Neste sentido, as tarefas domésticas e do cuidar são socializadas entre as mulheres da família e da vizinhança criando, assim, uma rede de apoio e de suporte. O presente trabalho é um estudo de caso que tem como objetivo analisar as narrativas e discursos construídos por duas mulheres moradoras de uma favela do Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, acerca da maternidade, da execução das tarefas domésticas e do viver e criar um filho na favela em meio ao contexto de violência do Estado. Trazemos as conversas desenvolvidas com duas mulheres moradoras da favela, analisando suas narrativas acerca das temáticas sobre maternidade, trabalho doméstico, informalidade, assistência social, o morar na favela, o ser uma mulher mãe moradora da favela, dentre outros pontos.

Palavras chave: mulheres, favela, maternidade, raça, violência

Maternity in the favela: A case study of two mothers living in Complexo do Alemão, Rio de Janeiro.

Abstract

Motherhood is historically related to care and creation. It is women who mainly perform these household chores. When we talk about women from the favela, we are also talking about poor and mostly black women. And women who do not have the financial resources to delegate care tasks. In this sense, domestic and caring tasks are socialized among women in the family and the neighborhood, thus creating a support and support network. The present work is a case study that aims to analyze the narratives and discourses constructed by two women living in a slum in Complexo do Alemão, in the North Zone of Rio de Janeiro, about motherhood, the execution of domestic tasks and living and raising a child in the favela amidst the state's violence. We bring the conversations developed with two women living in the favela, analyzing their narratives about the themes of motherhood, domestic work, informality, social assistance, living in the favela, being a mother woman living in the favela, among other points.

Keywords: women, slum, maternity, race, violence

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Realiza o doutorado em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ.

INTRODUÇÃO

A maternidade é um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais, de gênero e de raça (SCAVONE, 2001)². De acordo com Giddens (1993), a “invenção da maternidade”, a partir do séc. XVIII, veio atrelada ao surgimento da noção de “amor romântico”, cuidado e criação do lar e a relação maternal entre as mães e os filhos. A partir do século XIX houve um “declínio do poder patriarcal”, onde as mulheres passaram a ter mais controles sobre a casa e sobre os filhos e a “autoridade patriarcal” foi sendo substituída pela afeição maternal (GIDDENS, 1993, p.53). Este modelo foi se consolidando numa ideologia de exaltação da mulher e da maternidade e limitando a função social feminina à realização da maternidade (SCAVONE, 2001, p.49).

Homens e mulheres constituem uma relação social específica, relação esta que é traduzida numa relação de poder e que possui uma base material, o trabalho dividido entre sexos. A socióloga francesa Danièle Kergoat (2009) aponta que esta divisão é historicamente adaptada a cada sociedade, e se baseia na divisão tradicional. Em sua concepção, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores: “o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p. 67). Falar de divisão sexual do trabalho é apontar as desigualdades sistemáticas e articular essa descrição sobre os processos com os quais a sociedade utiliza da diferenciação entre os sexos para hierarquizar atividades e, conseqüentemente, criar um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Contudo, como destacam Knibielher e Fouquet (1977), esse ideal de maternidade se limitava às mulheres brancas e ricas. Para as mulheres pobres (e maioria negra) era impossível atingi-lo. Para estas,

o trabalho remunerado e o trabalho doméstico dentro do lar sempre estiveram atrelados.

O ideal de maternidade e de total divisão de tarefas, onde as mulheres eram responsáveis unicamente pela casa e pelos filhos, não atingiu, então, da mesma forma mulheres pobres que precisaram se inserir no mercado de trabalho. As análises mais atuais das transformações da família na sociedade brasileira apontam novos arranjos familiares (não restritos apenas à formação tradicional: pai, mãe e filhos) e a cada vez maior participação das mulheres no mercado de trabalho, confrontando e/ou conciliando com a vida profissional (SCAVONE, 2001).

Como destacam as teóricas feministas negras, a maternidade não foi/é produzida e reproduzida da mesma forma para mulheres brancas/ricas e para mulheres negras/pobres. A estas cabem julgamentos morais e questionamentos sobre a quantidade de filhos que têm, sobre a forma com que cuidam deles, sobre a conduta e o destino de seus filhos, sobre o trabalho que realizam etc. Ser culpabilizada pela quantidade de filhos que têm e pela ausência do pai, por exemplo, são dimensões das opressões de gênero, raça e classe.

A execução da maternidade para as mulheres negras, então, além de estar relacionada às tradicionais cobranças impostas às mulheres de uma forma geral, é impactada, inclusive, pela negação do direito a essa maternidade e da existência de seus filhos. Acrescento ao debate a questão da favela: mulheres negras, pobres e moradoras de favelas, além de arcarem com as cobranças sociais sobre a maternidade, cuidarem de seus filhos (e, em muitos casos, dos filhos de outras mulheres) lidam, também, com preocupações dobradas referente à saúde, à vida e ao futuro de seus filhos, jovens negros num contexto de extrema violência e violação de direitos humanos³.

Neste sentido, utilizaremos aqui a noção de interseccionalidade como um instrumento

2 Contudo, como colocado pela autora, as mudanças sociais da realização da maternidade não atingem da mesma forma diferentes mulheres, culturas e países. Por isso, é necessário considerar no debate sobre a maternidade a inserção das mulheres no mercado de trabalho e seus impactos à instituição da família.

3 “O Atlas da Violência de 2018 nomeia de juventude perdida a faixa etária entre 15 e 29 anos que sofre com o escalonamento dos casos de violência, tendo os homicídios como causa da morte de 56,5% desta parcela da população. De modo geral, as violências contra a população negra (pretos e pardos) aumentou em 23,1% nos últimos 10 anos. (IPEA, 2018)” (CRUZ et al., 2019, p. 120).

metodológico para tratar das narrativas desses sujeitos. A interseccionalidade⁴ se tornou uma das principais referências teóricas e metodológicas para traçar uma análise de diferenças e opressões sociais. De acordo com Crenshaw (2002), pioneira no debate, a interseccionalidade trata de confluência entre ações e políticas específicas que geram opressões. A autora defende que o gênero não é o único fator de discriminação e de opressão, e que questões como raça e diferenças étnicas potencializam as violências de gênero.

Como bem colocado por Medeiros (2019), para a configuração da interseccionalidade é necessário que se destaque a “ideia do mapeamento social, ou da centralidade da dimensão de localização social na configuração de privilégios e desvantagens a que estão sujeitos indivíduos e grupos situados em diferentes pontos do mapa social” (MEDEIROS, 2019, p. 83), onde localidade e território são de extrema importância para os debates sobre opressão e privilégios. Assim, o marcador de território é essencial para a análise no contexto em que essas mulheres estão inseridas.

O artigo tem como enfoque trazer as principais narrativas construídas e reproduzidas por duas mulheres mães moradoras de uma favela específica do Complexo do Alemão sobre maternidade, a criação e o cuidado com os filhos, seus principais apoios e os principais efeitos da política militarizada do Estado em suas vidas e rotinas⁵. Para isso, entendemos narrativas como interpretações de experiências e histórias de vida. Como destacam Small e Lamont (2011), “indivíduos conferem sentido às suas vidas por meio de narrativas sobre suas experiências pessoais” (SMALL, LAMONT, 2011, p. 103), onde essas narrativas são construídas uma sobre a outra, onde se tornam “parte de uma corrente de conhecimento sociocultural sobre o funcionamento de estruturas para distribuir poder

e desvantagem” (EWICK, SILBEY, 2003, p. 1328 *apud* SMALL, LAMONT, 2011, p. 103).

Favela, Estado e redes de apoio

O Complexo do Alemão é um conjunto de favelas situado na região da Leopoldina, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Engloba cerca de 15 favelas na região, tendo como central a Favela do Alemão e foi reconhecido como um bairro oficial desde a aprovação da Lei Municipal nº 2.055 de 9 de dezembro de 1993. O complexo corresponde a uma área de 296,09ha e cerca de 69.143 mil habitantes (Dados referentes a 2010)⁶. Foi construído sobre a Serra da Misericórdia que era, até então, uma região rural da Zona da Leopoldina. A história que é contada é a de que um imigrante polonês, Leonard Kaczmarkiewicz, adquiriu as terras em 1920 e vendeu pequenos assentamentos aos pequenos trabalhadores que vieram para a região por conta do crescente desenvolvimento urbano (com a chegada de fábricas estrangeiras e, posteriormente, com as obras da Avenida Brasil e do Centro). Como o proprietário era chamado pelos novos moradores de “o Alemão”, a região ficou conhecida por este nome.

A ocupação, no entanto, só começou em 09 de dezembro de 1951, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes. Ainda nos anos 1920 se instalou o Curtume Carioca e, na sequência, muitas famílias de operários também se instalaram nas imediações. A abertura da Avenida Brasil, em 1946 acabou por transformar a região no principal polo industrial da cidade. O comércio e a indústria cresceram e diversificaram-se, mas a ocupação desordenada dos morros adjacentes, que teve seu boom no primeiro governo de Leonel Brizola, acabou por

4 O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. Contudo, a perspectiva da interseccionalidade, de relacionar gênero, raça e classe, é anterior e advém com o *black feminism* e com os movimentos abolicionistas do século XIX.

5 Este trabalho é resultado parcial de minha dissertação de mestrado, realizada através de uma ONG de base comunitária presente numa favela do Complexo do Alemão.

6 Contudo, de acordo com Motta (2014), muitos moradores discordam veementemente dos dados coletados pelo IBGE, argumentando que o número de habitantes é expressivamente maior.

dar lugar às favelas do Complexo do Alemão (VOZ DAS COMUNIDADES⁷).

De acordo com o Atlas da Violência de 2019, entre 2016 e 2017 a taxa de homicídio de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil teve um aumento de 6,7%, e, deste percentual, 94,4% eram do sexo masculino. Nesta década, a taxa cresceu de 50,8 por grupo de 100 mil jovens em 2007 para 69,9 por 100 mil em 2017.

Entre 2016 e 2017, os estados com os maiores aumentos na taxa de homicídios de jovens foram Ceará (+60,0%), Acre (+50,5%), Pernambuco (+26,2%), Rio Grande do Norte (+21,3%) e Espírito Santo (+20,2%). As diminuições mais expressivas ocorreram no Distrito Federal (-21,3%), no Piauí (-13,9%) e no Paraná (-13,3%) (IPEA, 2019).

Apesar de não estar entre os UFs com maiores índices de violência, o Estado do Rio atingiu um percentual de violência de 176,2 por grupo de 100 mil jovens. O Mapa da Violência demonstra que a violência com base na raça não sofreu significativas diminuições. De acordo com os dados, 75,5% das vítimas de homicídios eram negras, 43,1 para 100 mil habitantes, enquanto o de não negros foi de 16,0⁸.

Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos [...]. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3% (IPEA, 2019).

A política militarizada do governo do Estado do Rio de Janeiro nos trouxe, no ano de 2019, um alto índice de operações e mortes (tanto de moradores das favelas, quanto de policiais em ação). De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), a letalidade no Estado do Rio provocada pela polícia militar do estado foi a maior desde 1998. Segundo reportagem da Folha de São Paulo, a política de segurança do governador Wilson Witzel matou cerca de 1.249 pessoas nos oito primeiros meses do governo. No caso do Complexo do Alemão, a comunidade tem mais de 40% de mortes causadas pela polícia no ano de 2019 (até agosto deste ano) em relação a outras áreas⁹.

De acordo com Machado da Silva (2004), o “problema da favela” está relacionado ao seu processo de urbanização, especificamente à disputa pela apropriação da cidade, e não pela melhoria das condições de vida da população empobrecida residente nas favelas. Como nos demonstra Michel Misse (2010), o varejo das drogas, especialmente da cocaína, encontrou território fértil no Rio de Janeiro e teve sua expansão, principalmente, nas favelas e conjuntos habitacionais da cidade. Assim,

Toda a área desses “pontos de venda” terminava confundindo-se com o aglomerado urbano do qual fazia parte, constituindo-se assim num “território” do tráfico a ser defendido, a ferro e fogo, de outras redes de quadrilhas e das incursões da polícia (MISSE, 2010, p. 20).

Neste trabalho, seleciono duas moças com quem conversei através de uma ONG de base comunitária em uma das favelas do Complexo do Alemão¹⁰, Violeta e Angélica, duas mulheres mães-solo, moradoras da e beneficiárias do Programa

7 <http://www.vozdascomunidades.com.br/comunidades/complexo-do-alemao/historia-do-complexo-do-alemao-2/> acessado em: 11/2019.

8 Os demais dados referentes a outros índices de violência, como contra mulheres e população LGBT são de extrema importância. Contudo, a ênfase dada à população negra se deve ao contexto de nosso campo: a favela. A questão da preocupação da vida de jovens negros e do sentimento de insegurança perante a guerra na favela aparecerão com muita ênfase em nosso campo.

9 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/metade-dos-homicidios-na-area-do-alemao-no-rj-sao-provocado-pela-policia.shtml> acessado em 11/2019. <https://exame.abril.com.br/brasil/alta-das-mortes-pela-pm-rj-nao-esta-ligada-a-menos-crimes-mostram-dados/> acessado em 12/2019.

10 Os nomes da ONG e da favela específica foram ocultados e os nomes das mulheres foram modificados por motivos de sigilo e preservação da identidade.

Bolsa Família. Ambas as narrativas e as análises das conversas que tive foram fruto da pesquisa que realizei no mestrado, e optei por selecionar esses dois casos específicos pelas proximidades e afastamentos entre as percepções sobre os cotidianos da favela e a vivência da maternidade entre duas mulheres com grandes diferenças.

Violeta é uma mulher branca de 33 anos, nascida e criada no Complexo do Alemão, mãe de três filhos negros (um menino de 11, uma menina de 6 e um menino de 4 anos) e separada dos pais das crianças. É formada pelo curso normal e atuava como professora do primário. Decidiu sair do emprego para se dedicar ao filho mais novo. Diz que os pais são presentes e garantem o que as crianças precisam, mas que tudo é “muito bem dividido”. Quando as crianças vão para as casas dos pais “tem tudo que precisam lá” e quando está com ela, ela garante o necessário. Como saiu de seu emprego, mora com a avó e é beneficiária do Programa Bolsa Família há cerca de quatro anos. O filho mais velho atualmente mora com o pai e avó paterna, e Violeta relata as dificuldades de ficar longe do filho, mas que entende que é o “melhor para o menino” (pois o pai mora no asfalto).

Angélica é uma mulher negra de 23 anos, também nascida e criada no Alemão, tem um filho de quatro anos e faz alguns bicos informais em eventos, na área de serviços gerais. Diz que no momento (da metade mais para o final do ano de 2019) é mais difícil de conseguir algum bico, mas que melhora nos períodos de ano novo e de carnaval, quando ela pega muitos trabalhos para conseguir juntar dinheiro para os próximos meses. Também é beneficiária do Bolsa Família há cerca de quatro anos.

Ela mora no mesmo quintal que os pais, mas seu quarto é separado (como se fosse uma quitinete à parte). Diz ser mais independente e que só pede ajuda aos pais quando vai fazer algum trabalho. Cria o filho praticamente sozinha, já que não quer relação direta com o pai do menino. Ela diz que ele é “até presente”, “de vez em quando dá um dinheiro. De vez em quando, quando eu quero

deixar, deixo ele lá no final de semana e depois eu pego, mas não gosto muito de ter contato não”¹¹. Como seu filho ainda é muito pequeno, ela não se sente segura em deixar a criança muito tempo com o pai e sente medo de “alguém fazer alguma maldade com ele”.

Vera Silva Telles (1993) aponta que a família tem uma posição central para a organização da vida da população pobre. Frente às adversidades e dificuldades passadas pela condição de pobreza, a família se manifesta como o mecanismo de dignidade e respeitabilidade. Ela argumenta que a família se mostra como o centro de uma busca por uma vida digna. A identidade desses sujeitos é pautada em figuras como “pobre, porém honesto”, de “trabalhador responsável”, cumpridor de suas obrigações e deveres familiares.

Em qualquer situação de instabilidade, em casos de desemprego, diminuição de salários e/ou trabalho, doença, invalidez ou morte dos principais provedores da família, esta pode ser jogada para a linha da miséria. Desta forma, a família representa um núcleo de apoio e de colaboração. Representa uma busca pela entrada no mercado de trabalho que vai para além de questões de necessidades individuais. Assim, a família é um espaço de sobrevivência, de sociabilidade e de construção de identidades (TELLES, 1993). A vizinhança também entra como um dos principais aparatos de apoio e de ajuda. Como afirmou Sarti (1994), “dentro da lógica de que parente é alguém em quem se confia, o vizinho é como um parente” (SARTI, 1994, p. 163).

Assim, como argumenta Telles (2008), “a convivência com os vizinhos, bem como reclamar dos vizinhos faria parte da sociabilidade local” (TELLES, 2008, p. 139), sendo que, para as mulheres, essa troca representa a possibilidade de cuidar dos filhos, de realizar os afazeres domésticos e de inclusive descansar. Quando precisam sair para resolver algum problema, realizar algum trabalho, ir ao médico ou ir à ONG, são os familiares e os vizinhos que ficam responsáveis em “passar o olho nas crianças” e cuidar de seus filhos.

11 Aqui, ser “pai presente” parece estar relacionado à presença do pai no dia a dia do filho, à quantidade de vezes que encontra e fica com o menino ao longo da semana e à ajuda financeira que proporciona. Neste sentido, estar presente tem mais a ver com a ajuda financeira e com um número considerável de vezes que fica com as crianças.

Sem essa possibilidade, sem o compartilhamento dessas tarefas – que são recíprocas – os trabalhos cotidianos das mulheres ficariam impossibilitados ou, ao menos, seriam dificultados.

Aqui, o papel da casa tem bastante importância e destaque. Todas elas moram perto de seus familiares e, em sua maioria, no mesmo quintal. A casa possui um aspecto tanto material quanto social, numa perspectiva relacional (MARCELIN, 1999 *apud* MOTTA, 2014, p. 127). Inclusive as casas, ou são criadas a partir das casas dos pais ou avós, ou elas permanecem morando com eles. No caso de Violeta, ela mora com a avó e Angélica mora nos fundos da casa dos pais. Essa proximidade representa tanto uma maior facilidade de moradia (já que elas permanecem na mesma vizinhança), quanto uma forma de proximidade, afeto e expectativas de obrigação e respeito (MOTTA, 2014, p. 129).

As teias de desigualdade e exclusão colocadas pelo mercado, faltas de qualificação e de bons salários afetam os homens e as mulheres e a família de uma forma geral. A busca por trabalhos autônomos ou informais surgem como mecanismo para escapar do desemprego e da miséria. O apoio e a colaboração dos familiares se mostram como uma alternativa à subsistência. De acordo com Telles,

Na ausência de uma medida possível de equivalência entre situações diversas, medida esta que só poderia ser dada pelos direitos, medida, portanto, que só poderia existir por referência aos valores de justiça e igualdade, as desigualdades e discriminações se pulverizam em diferenciações que parecem nada mais do que corresponder aos azares de cada um e às diferenças naturais de vocação, talento, capacidade e disposição para o trabalho (TELLES, 1993, p.11-12).

Violeta conta com ajuda constante de sua avó para cuidar e tomar conta das crianças, além de contar com a ajuda financeira vinda da aposentadoria dela. Violeta também conta que, caso alguma vizinha precise, ela “passa o olho” nas crianças da amiga, tomando conta de seus filhos e dos filhos de outras mulheres, como numa troca

de ajudas e apoios. Angélica, contudo, mesmo morando nos fundos da casa dos pais e contando com a ajuda para olhar e cuidar do filho quando ela precisa trabalhar, destaca que prefere criar o filho sozinha. Angélica não entra em detalhes sobre sua relação com os pais, mas relata que por ter engravidado cedo teve que aprender a “se virar sozinha”.

Retomando o debate posto mais acima, como é apontado por Misse (2010), o crime ou o bandido não são construídos de formas e em categorias semelhantes. Há diferenças, na visão da sociedade, bem como do Estado, entre determinados crimes e entre determinados “perfis de bandidos”. Ou seja, há uma relação complexa entre

Certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos” (MISSE, 2010, p. 18).

O autor afirma que se desenvolveu um complexo processo de “sujeição criminal”, onde determinados crimes são passíveis de violência física e extremas, como o abate. Isto é que acontece nas periferias e nas favelas cariocas. Ações extraoficiais de policiais e do Estado, como o confronto e assassinato de jovens negros (envolvidos ou não com o tráfico), são justificadas e justificáveis pela ideia de que determinados crimes são mais passíveis à violência do que outros – mesmo que essas ações firam os direitos humanos e garantia à vida.

E esses perfis de “criminosos” não estão em qualquer local e em qualquer situação. Misse se refere à territorialização da sujeição criminal. E essa sujeição, argumenta ele, constrói sujeitos que “carregam” o crime, que são automaticamente identificados como criminosos e associados a determinadas condutas. E uma dessas formas de identificação está intrinsecamente ligada a morar na favela. Assim,

O tráfico de drogas, que atende às elites e às classes médias em praticamente todos os países do mundo, inclusive no Brasil, não se associa da mesma maneira à violência, principalmente porque é operado por indivíduos e não por quadrilhas e não é baseado em controle de territórios, mas em relação direta com o consumidor, através da entrega em domicílio ou em lugares combinados. Não há, portanto, uma relação necessária entre drogas ilícitas e montante da violência, a não ser quando o tráfico se territorializa e opera com jovens pobres, submetidos ao sistema da consignação de vendas e à relação de subordinação ao chefe da quadrilha (MISSE, 2010, p. 21).

Esse conceito de sujeição criminal também vem acompanhado de processos de rotulação, estigmatização e tipificação desses sujeitos e de suas identidades sociais. O “rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada” (MISSE, 2010, p. 23). Assim, não importando se há de fato relação direta ou não com o tráfico e com o crime, o abate de jovens negros em operações militares é justificável, tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil, pela associação direta que fazem entre um e outro¹².

É desta forma, então, que se pode tratar da criminalização da favela e de jovens negros pela sociedade e pelo Estado. Se há uma associação direta entre crime, violência e drogas no espaço da favela e de um determinado grupo social, há, também, o medo dessas mães de verem seus filhos sendo associados a esses grupos. E de, conseqüentemente, ficarem órfãs de seus filhos.

3. Maternidade, cuidado e território

Como já destacado, nem Violeta e nem Angélica possuem uma relação próxima com os

pais de seus filhos. Há uma forte ausência ou participação discreta dos pais dos filhos na criação e na rotina das crianças. Angélica, apesar de deixar o pai visitar o menino às vezes, prefere mantê-lo afastado. Ela se agarra muito ao discurso do medo de fazerem algo com seu filho e das “influências erradas” que o menino pode ter, inclusive quando comenta sobre o pai da criança. Podemos pensar que, para ela, o pai do menino seria uma dessas “influências negativas”¹³.

No caso de Violeta, como o filho mais velho mora com o pai, a presença paterna acaba sendo maior. Contudo, Violeta conta que quem acompanha as atividades do menino continua sendo ela. Ela relata alguns conflitos com o ex-marido, que cobra que ela seja uma mãe presente e atenciosa (é ela quem busca na escola, organiza as atividades, ajuda nos exercícios da escola, etc.), mas que não aceita que ela expresse sua opinião ou contrarie a dele, ocasionando brigas e discussões.

Apesar dessa figura discreta e quase ausente, elas não realizam as atividades do cuidar sozinhas. Como já apontado, os familiares e a vizinhança são os principais auxílios que elas recebem. E, como também já colocado aqui, se tornam de extrema importância frente à ausência do Estado e da garantia de políticas de apoio ao trabalho reprodutivo. Neste sentido, nos confirma Sarti, a família se estende àqueles em que se pode confiar. De acordo com ela, como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar; aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações (SARTI, 1994, p. 52).

Foram frequentes os relatos feitos por ambas de cansaços e esgotamentos, mesmo sendo feitos com todo cuidado e de forma singela. Ao passo que diziam que as tarefas exigiam muito delas, de seus esforços e tempo, afirmavam que amavam seus filhos de forma incondicional e que “não há amor maior”. Isso nos mostra a

12 Importante ressaltar que, mesmo havendo associação entre um jovem com o tráfico, há uma proteção de direitos baseada nos direitos humanos e à vida, não sendo passível a morte de jovens envolvidos em condutas consideradas criminosas.

13 Colocamos “influências erradas” e “influências negativas” entre aspas pois são expressões utilizadas pelas entrevistadas para se dirigir a determinadas condutas, como a associação ao tráfico e/ou ao crime. Tais expressões, mesmo carregadas de valores morais, servem para descrever a narrativa que vai sendo construídas pelas mulheres.

dificuldade que as mulheres têm (principalmente as de classes mais baixas) de falar sobre os efeitos negativos da maternidade. Demonstrar cansaço, arrependimentos ou estresse com os filhos e com a casa pode parecer, para elas, alguma forma de ingratidão, e há um receio de parecer que, ao reclamarem, elas amam menos seus filhos.

Angélica, por exemplo, tenta manter a todo momento uma fachada¹⁴ de boa mãe, evitando reclamar das tarefas domésticas. Em alguns momentos comentava que a conciliação das tarefas é cansativa, mas sempre retomando a afirmativa de gratidão por ter seu filho em sua vida. Como Angélica se tornou mãe cedo, ela encarou comentários, fofocas e críticas por parte da família e da vizinhança. Ela destaca, inclusive, que não mantém muito contato com os vizinhos e que quase não tem amigos, e que não deixa ninguém comentar nada sobre sua vida. Angélica encara uma forte representação de “mãe guerreira e lutadora”.

Isso fica evidente quando comenta que amadureceu muito depois que se tornou mãe. “Antes eu era mais molecona”, comenta. Antes da maternidade, ela não se preocupava muito com quem andava, com quem se envolvia. Mas depois que se tornou mãe passou a tomar determinados cuidados, como não frequentar mais alguns ambientes ou andar com determinados grupos e pessoas. A maternidade como “aprendizado” aparece, também, na tese de Souza (2004), quando ela destaca que a maternidade para a mulher negra “adquire outro significado, é muito mais caracterizado como um processo de aprendizagem. A ideia de maternidade como dom, como capacidade inata a algumas mulheres, é

abandonada pela ideia de aprendizado” (SOUZAS, 2004, p. 104).

Já Violeta, apesar de também assumir a representação da “boa maternidade”, se sentiu mais à vontade para comentar sobre seu esgotamento. Inclusive, em determinado momento, comenta que, apesar de amar muito seus filhos, se hoje pudesse, teria feito algumas escolhas diferentes. Ela fala também que, assim que seus filhos estiverem maiores e “criados”, ela vai retomar seus estudos, assim como fez sua mãe.

É bem provável que o fator escolaridade contribua para a diferença entre os discursos. Violeta percebe os problemas postos sobre a maternidade, fala sobre o machismo do ex-marido e que as tarefas que ela executa não deveriam ser uma obrigação apenas dela. O fator raça também contribui para a imagem que passam. Violeta não se importa em usar roupas extravagantes e estar sempre bem arrumada. Já Angélica é uma menina tímida, com poucas amigas, que visa passar uma imagem positiva sobre si (de mãe batalhadora, “que corre atrás”, que faz tudo pelo seu filho, que não gasta dinheiro com “bobagens”, que não frequenta o baile e que não anda em companhias “ruins”). Fica explicitado que no caso de Angélica há uma busca constante para fugir de possíveis estigmatizações e comentários sobre sua vida.

Angélica e Violeta nasceram e foram criadas na favela e tem fortes laços ali. Contudo, ambas comentam que a comunidade mudou muito e, para Angélica, principalmente depois que se tornou mãe, a comunidade já não lhe passa mais segurança. Não apenas por causa de violências ou de operações, mas também pela naturalização das drogas. Ela diz que ficam “uns meninos novos na

14 Fachada no sentido goffminiano, a qual significa um “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular” (GOFFMAN, 2011, p.13-14), onde os sujeitos fazem o necessário para preservá-la. Se assumem uma determinada postura, farão o possível para manter a fachada que criaram e que passaram para os demais em suas interações.

porta de casa fumando maconha”¹⁵, que ela passa na rua e vê crianças de 7 anos brincando de fuzil¹⁶.

Eu sou cria da comunidade e cheguei a ver colegas meus crescendo e uns virando bandido outros já tão presos, uns dois, três, quatro já morreu, então não quero isso pro meu filho, né? (ANGÉLICA).

Angélica também diz que as operações dificultam ainda mais a vida de quem mora ali dentro e não vê eficácia alguma nessa política de segurança do Estado, “que sempre sobra pro morador, né?”, não surtindo resultados no combate ao tráfico e na violência que os moradores de lá veem e sentem.

“Aqui a gente fica muito escravo de operações”, comenta Violeta. Mesmo não morando na parte em que mais ocorrem as operações, a entrevistada comenta que o pior de tudo é quando tem operação cedo, prejudicando toda a rotina de todo mundo que mora por ali.

E eu vou te falar sinceramente, eu fico uma semana sem querer sair de casa, eu fico desesperada. E olha que eu nem moro na [parte considerada uma das mais perigosas], eu escuto muita coisa, então você fica sem querer ir na rua [...]. Teve uma vez que teve operação 9 horas da manhã, meus filhos tava na escola, e como que eu saio de casa? [...] aí você se sente impotente. Você ter os seus filhos na rua e não poder sair (VIOLETA).

Violeta conta que tem um vínculo forte com a comunidade e que gosta de estar perto da família e das lembranças boas de infância, mas fala que fará o possível para “melhorar de vida” e conseguir sair dali com os filhos, “ir morar mais próximo do asfalto” para ter mais tranquilidade. Principalmente porque tem muito medo do futuro

de seus filhos e que eles se envolvam com o tráfico ou com o crime. Como ela comenta, a “mãe se dedica”, “ensina o certo e o errado”, mas “a rua também ensina”.

As possibilidades de tiroteios e as operações militares constituem “um dos princípios estruturantes da fenomenologia da vida cotidiana na favela” (CAVALCANTI, 2008, p.37), e representam uma das principais preocupações diárias dessas mães. As possibilidades de tiroteios acabam por se tornar parte da rotina da favela e do trabalhado do cuidado. Isto porque a constante iminência de começar uma troca de tiros ou uma operação é esperada por elas diariamente, “engendrando uma série de rotinas para evitar e aliviar riscos” (CAVALCANTI, 2008, p. 37). Os tiroteios despertam preocupações dobradas: além da preocupação de conseguir sair para trabalhar e conseguir deixar seus filhos nas creches e escolas, há a preocupação também do tiroteio se encerrar logo ou perdurar por longas horas.

Um dos principais fatores que apareceram nas falas das entrevistadas em relação aos cuidados com os filhos e suas relações com eles é referente ao medo deles caminharem para a criminalidade ou de serem atingidos por essa guerra. Em todas as conversas foi recorrente o medo das operações e que “balas perdidas” atingissem seus filhos, ou medo deles serem “influenciados” pelos outros dentro da favela e acabarem indo para “o lado errado”. Como destacou Motta (2014),

É comum que pais e mães temam que seus filhos, especialmente meninos no começo da adolescência, se envolvam em atividades ligadas ao comércio de drogas proibidas ou percebidas como ligadas a ele, como roubar. As pessoas se referem em geral a essa ameaça percebida como a possibilidade de os jovens fazerem coisa errada ou se envolverem com bandidos (MOTTA, 2014, p.06).

15 Becker (1991) nos mostra que os controles e moralidades sobre o uso da maconha não se referem apenas à sua ilegalidade (em boa parte dos países), mas principalmente pela ideia de que usuários de maconha não conseguem controlar racionalmente seus comportamentos e estão violando seu bem-estar.

16 Inclusive, isso é recorrente na fala das mulheres entrevistadas, onde algo sobre o assunto e abordaram como alguns pais naturalizam as armas. Uma outra moça com quem conversei em outro momento, por exemplo, diz que não deixa os filhos dela nem brincarem de “arminha d’água”, para evitar que eles naturalizem as armas e a violência. Além disso, elas também comentam que é necessário evitar que os filhos brinquem de “arminha” para que eles não passem a pegar em armas de verdade.

A busca por outras formas de sustento, os trabalhos informais, as possibilidades de começarem seus próprios negócios e a vontade de dar continuidade a seus estudos são questões que representam não apenas a necessidade de subsistência, mas também de proporcionar uma mudança na vida de seus filhos. Apesar de desacreditadas com a atuação do Estado, a educação é o principal instrumento de transformação na percepção delas. Ambas afirmaram ser prioridade manter seus filhos nas escolas, tanto para aprenderem e terem a possibilidade de ir mais longe do que elas foram (não apenas terminando o ensino médio, mas fazendo algum curso técnico ou universidade), como para mantê-los longe das ruas.

Quando algum jovem se aproxima de alguma atividade ilegal, automaticamente a culpa é direcionada às mães ou às avós. Na análise de Motta, “a má conduta dos jovens pode ser atribuída à forma como foram criados, como uma falha no cumprimento das responsabilidades de cuidar” (MOTTA, 2014, p. 132), e esse medo de serem culpadas pelo destino de seus filhos cria repertórios de justificação sobre suas tarefas. Como as duas são beneficiárias do Programa Bolsa Família (e há uma cobrança moral sobre como as mães utilizam a renda do benefício), elas destacam frequentemente que utilizam o dinheiro para os filhos não apenas porque o Programa é direcionado à família, mas para que mostrem que estão fazendo o possível para proporcionar o melhor para eles – buscando evitar que vizinhos ou conhecidos comentem que elas se “aproveitam do dinheiro” e que seus filhos “não veem um tostão do BF”¹⁷. Falas como “eu sempre tento dar alguma coisa para meus filhos e mantê-los fora da rua” são frequentes.

Violeta, que era professora do primário, comenta que escolheu parar de trabalhar para se dedicar exclusivamente a seus filhos. Na sua percepção, ela não conseguia conciliar o trabalho na escola e o cuidado com os filhos da melhor

forma. Uma das explicações que ela dá é a de que, como dois de seus filhos ainda são pequenos, e ainda não estudam todos no mesmo colégio (o que dificulta a mobilidade dela para levá-los e buscá-los na escola), ela não conseguia se dedicar como gostaria. E, principalmente, tinha medo que seus filhos “ficassem largados na rua” e, eventualmente, sofressem influências de outras pessoas. Bem próximo ao que Motta viu em sua pesquisa¹⁸, a entrevistada, que hoje depende do dinheiro da avó e do Bolsa Família (além da pensão dos pais das crianças), argumenta que só voltará a trabalhar em tempo integral quando seus filhos forem maiores.

O medo que as mães sentem em relação à segurança e às influências sobre seus filhos é bem destacado. Esse medo começa, em relação aos meninos, na faixa de 10 anos de idade, quando passam a sair e ir à escola sozinhos e a ter mais contato com outros lugares e outras pessoas. Já com as meninas, esse medo se manifesta mais na adolescência e está relacionado à gravidez, como aponta Motta (2014).

Ainda de acordo com Motta, algumas famílias carregam fama de bandidos, “das quais se diz ser apenas uma questão de tempo para que os jovens se envolvam com coisa ruim” (MOTTA, 2014, p. 132). As mães tentam evitar a aproximação de seus filhos com outros jovens que carregam esse estigma de bandido. Elas também traçam formas de distinção entre elas e outras mães através de discursos morais, afirmando que determinadas mães deixam os filhos “largados”, frequentam o baile funk ou são “mulher de bandido” e dão um “mau exemplo” para seus filhos (e essas afirmativas pautadas em valores morais são potencializadas se as “outras mães” forem beneficiárias do BF).

Esses discursos morais representam tentativas de autovalorização e valorização de seus trabalhos. Elas buscam dar o melhor para seus filhos, atenção suficiente, uma mudança de vida, carinho e cuidado. E buscam, também,

17 Trabalhos como de Marins (2017), Rego e Pinzani (2014), Eger e Damo (2014), Pires (2012), bem como minha dissertação de mestrado (VIANA, 2020), dentre outros, tratam das cobranças morais e julgamentos valorativos de gênero sobre mulheres beneficiárias do Bolsa Família e a forma com que as mulheres administram e utilizam o dinheiro do benefício.

18 “O medo de que seu filho se torne bandido é um dos motivos pelos quais mães passem a exercer atividades perto ou dentro de suas casas, abandonando empregos e atividades que seriam consideradas mais estáveis” (MOTTA, 2014, p. 144).

evitar a deslegitimação de suas maternidades e de seus trabalhos, que podem acontecer através de comentários sobre suas vidas, sobre suas relações e relacionamentos e sobre os trabalhos que executam. A rede de apoio representa, também, um suporte delas entre elas mesmas. Como destaca Telles (2008), já apontado aqui, essas redes que se criam são baseadas também no reclamar dos vizinhos ou fofocar (FONSECA, 2000) sobre eles. Contudo, há uma proteção entre as mulheres que compartilham suas tarefas. Mesmo que haja conflito entre elas, sempre há a defesa de que “fulana batalha muito e é uma excelente mãe” para defender umas às outras.

Considerações finais

A sobrecarga posta às mulheres referente aos trabalhos domésticos e aos trabalhos remunerados (nestes casos, informais) são intensificados pela localidade e a realidade na favela. Ser uma mãe pobre já representa as dificuldades que elas enfrentarão, tanto para criar os filhos, quanto para reivindicar seus direitos sobre a maternidade. Ser uma mãe pobre e moradora da favela agrega, a essas dificuldades, os fatores relacionados aos perigos postos sobre seus filhos. Aqui, nos aproximamos de Gonzalez (1984) ao afirmar que são exatamente essas mulheres (em sua maioria negras) que sobrevivem à base da prestação de serviços, que tem seus irmãos, esposos ou filhos como alvo de perseguições policiais sistemáticas. E são a outras mulheres que elas recorrem como mecanismo de ajuda e de auxílio.

Os filhos das moças com quem conversei ainda são crianças ou estão entrando na pré-adolescência. Ainda não frequentam determinados lugares, como o baile, por serem muito novos. Contudo, a preocupação das mães em relação às influências que os filhos terão são manifestadas desde cedo. E não apenas influências que elas consideram negativas, mas também o que podem fazer com eles, onde eles estarão enquanto estiver tendo operação ou conflito, como estarão se vestindo quando a polícia estiver na favela, etc.

Seus filhos são jovens e negros morando na favela e tendo contato com diversas realidades.

O baile, a boca ou a praça podem representar ameaças para seus filhos tanto pela possibilidade de serem influenciados pelos outros meninos envolvidos com o varejo ilegal de drogas, quanto por ações coercitivas dos policiais. E se ocorre uma operação no baile quando seus filhos estiverem lá? E se a polícia aparece na praça enquanto seu filho está com os amigos e é “confundido” com um traficante? E se sua filha começar a se relacionar com algum jovem visto como “bandido”? E se for abusada por um policial? São questões postas ao longo das conversas que, mesmo não tendo sido verbalizadas desta forma, são preocupações recorrentes que intensificam o trabalho do cuidar dessas mães.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Feminismos Plurais. São Paulo: Editora. Pólen, 2019.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vieira. 2005.

ARAÚJO, Clara. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vieira, 2005, p. 15-78.

ARAÚJO, Clara; VEIGA, Alinne. “Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº18, Brasília, 2015, p. 179-209.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: *Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico no Cotidiano das Mulheres*. SOS Corpo. Recife. 2014.

BAIROS, Luísa. “III Conferência Mundial contra o racismo”. In: *Revista Estudos Feministas - Dossiê*, vol. 10, nº 2, 2002, p. 169-170.

BARBOSA, Jorge Luiz. Cidadania, Território e Políticas Públicas. *Acervo Observatório de Favelas*. 2009, <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidadania-Territo%CC%81rio-e-Poli%CC%81ticas->

Pu%CC%81blicas_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf
acessado em 12/2019.

_____. Cidade e Território: desafios da reinvenção política do espaço público. *Acervo Observatório de Favelas*. 2010, http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidade-e-Territo%CC%81rio_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf acessado em 12/2019.

BARBOSA, Jorge Luiz; et al. *O que é a favela, afinal?* Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, 2009.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BECKER, Howard. *Segredos e truques de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BECKER, Howard. *Truques de escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: editora Zahar, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre; RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. In: *Cadernos Pagu*, vol. 26, janeiro-junho de 2006, p.329-376.

BRANDÃO, André; DALT, Salette Da; GOUVÊA, Victor Hugo. Segurança alimentar e nutricional entre beneficiários do Programa Bolsa Família. In: *Avaliação de Políticas e Programas do MDS*, vol.2: Bolsa Família e assistência social. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília: MJ, 2016.

BUENO, Laura Machado de Mello. Contribuições para o conhecimento sobre as favelas no Brasil.

In: BARBOSA et al. *O que é a favela, afinal?* Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, 2009.

CAETANO, Mariana Gomes. *Entre bordas e fronteiras: gênero, política e interseccionalidade no funk carioca*. Tese de doutorado, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2019.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. “Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família”. In: *Estudos Feministas*, vol. 17, nº 3, 2009, p. 901-908.

CATTANÉO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade. In: *dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1ª edição, 2009.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas*. 2008.

CAVALLIERI, Fernando. Favelas no Rio – a importância da informação para as políticas públicas. In: BARBOSA, et al. *O que é a favela, afinal?* Observatório de favelas, Rio de Janeiro, 2009.

COLLINS, Patrícia Hill. “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”. In: *Parágrafo*, vol.5, nº 1, 2017, p. 6-17.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. [1981]. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. “Prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição”. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 11, nº 2, julho-dezembro/2003, p.360.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. *A redução da desigualdade e seus desafios*. IPEA. Brasília, Jan. 2015.

EGER, Talita Jabs; DAMO, Arlei Sander. “Money and morality in the Bolsa Família”. In: *Vibrant, Virtual Braz*. Anthr., vol.11, nº1, 2014, p. 250-284.

FERNANDEZ, Elaine Costa; MUNOZ, Cláudio Andres Baradit. “Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural”. In: *Fractal: Revista de Psicologia*, vol. 31, nº 1, jan.-abr. 2019, p. 35-42.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra*. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS. 1ªed. 2000.

- GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade*. São Paulo: UNESP, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 2004
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- HENNING, Carlos Eduardo. “Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença”. In: *Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades*, vol.20, nº02, 2015.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. In: *Cadernos de Pesquisa*, vol.37, nº132, 2007, p.595-609.
- HOOKS, bell. *Ain't I a Woman? Black woman and feminism*. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.
- HOOKS, bell. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, 2015, p. 193-210.
- IPEA, *Retrato das Desigualdades de gênero e raça*. 4ª edição. 2011.
- IPEA, *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro, 2018.
- IPEA, *Atlas da Violência 2019*. Rio de Janeiro, 2019.
- IPEA. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília, IPEA, vol. 3. 2010.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed Editora. 2004.
- LAMONT, Michelle; SMALL, Mario Luis; HARDING, David J. “Reavaliando cultura e pobreza”. In: *Sociologia & antropologia*, vol.01, nº02, 2011, p. 91-118.
- LEEDS, Anthony; CAVALCANTI, Mariana. “Quanto vale uma favela?” In: *Sociol. antropol.* Rio de Janeiro, vol.08.03, set.- dez. 2018, p. 831-848.
- MARINS, Mani Tebet A. *Bolsa Família: questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2017.
- MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. *O que o Complexo do Alemão nos conta sobre a cidade: poder e conhecimento no Rio de Janeiro no início dos anos 1980*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2016.
- MISSE, Michel. “Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido””. In: *Lua Nova*, São Paulo, vol. 79, 2010, p. 15-38.
- MOTTA, Eugênia. “Houses and economy in the favela”. In: *Vibrant*, vol.11, nº1, 2014.
- MOTTA, Eugênia. “Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável”. In: *Mana*, vol. 21, nº 1, 2019, p. 072-094.
- PAES-SOUZA, Rômulo; VAITSMAN, Jeni. *Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*. Cadernos de estudo e desenvolvimento em debate, n.05. Brasília, 2007.
- PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, Cortez, 2003.
- REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- RODRIGUES, Rute Imanishi. *Do Morro da Misericórdia ao Complexo do Alemão: notas sobre o papel do governo na construção das favelas*. XVII *Enanpur*, Sessão temática 5: habitação e a produção do espaço urbano e regional, São Paulo, 2017.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1994.
- SARTI, Cynthia Andersen. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 12, nº 2, 264, maio-agosto/2004, p.264.

- SCALON, Celi. “Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate”. In: *Contemporânea*, nº1, 2011, p. 49-68.
- SCAVONE, Lucila. “Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero”. In: *Interface_ Comunic, Saúde, Educ*, vol.5, nº8, 2001, p.47-60.
- SCAVONE, Lucila. “Maternidade e feminismo: diálogos com as ciências sociais”. In: *Cadernos Pagu*, vol.16, 2001, p.137-150.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. *E-cadernos ces* – 18, 2012.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, nº 1, jan./jun., 2004, p. 53-84.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Violência urbana, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual”. In: *CADERNO CRH*, Salvador, vol. 23, nº 59, Maio/Ago. 2010, p. 283-300.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. “Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira”. In: *Rev. Katál*. Florianópolis, vol.13, nº2, jul./dez. 2010, p.155-163.
- SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. IPEA, 2013.
- SILVA, Maria Laís Pereira da. Favela: É geral? É particular? É urbano? In: *BARBOSA, et al. O que é a favela, afinal?* Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, 2009.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.
- SORJ, Bila; GOMES, Carla. “O Gênero da ‘Nova Cidadania’: o Programa Mulheres da Paz”. In: *Sociologia e Antropologia*, vol. 01, 2011, p. 147-164.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. “Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil”. In: *Cadernos de pesquisa*, vol.37, nº132, set./dez. 2007, p.573-594.
- SOUZAS, Raquel. *Relações raça e gênero em jogo: a questão reprodutiva de mulheres negras e brancas*. Tese de doutorado, USP, São Paulo. 2004.
- TELLES, Maria Sarah Silva. *Viver na pobreza: experiência e representações de moradores de uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Novas edições acadêmicas, 2008.
- TELLES, Vera Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Caderno CRH* 19, Salvador, 1993.
- TELLES, Ana Clara; AROUCA, Luna; SANTIAGO, Raul. Do #vidasnasfavelasimportam ao #nóspornós: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 18, dez. 2018.
- VIANA, Ananda da Silveira. *Beneficiárias e moradoras de favela: Uma análise sobre representações, estigmas e violências de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.
- ZALUAR, Alba. *A Máquina e a revolta*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, Alba. “Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical”. In: *Estudos Feministas*, vol.1, fasc. 1, 1993b, p. 135-142.
- ZALUAR, Alba. “Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização”. In: *São Paulo em perspectiva*, vol. 13, nº 3, , 1999.